



DIAGNÓSTICO DE CONTRADIÇÕES DO TERRITÓRIO RURAL: O CASO DO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES

**Graciela Alves de Borba Novakowski
Juliano Vitória Domingues
Carlos Eduardo Arns**

Resumo

O presente artigo busca revelar as principais contradições do assentamento Dom José Gomes em Chapecó (SC) entre o espaço rural e urbano, realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). O presente texto é um estudo de caso que possui abordagem qualitativa e quantitativa. Para analisar os dados, utilizamos três categorias de análise: o espaço, o território e a urbanização. O assentamento está localizado em Chapecó SC e faz parte do Território Oeste Catarinense. O território apresenta características rurais ao contraponto que Chapecó, município polo da região, é um exemplo de desenvolvimento urbano industrial. O diagnóstico foi estruturado sobre o estudo de cinco questões principais do Assentamento Dom José Gomes: o espaço agrário, o perfil dos moradores, condições de moradia, trabalho e ocupação e a organização comunitária, que também estruturam esta apresentação, fornecendo subsídios empíricos para o debate. Fica evidente quando observamos a sobrevivência no acampamento e a conquista da terra como espaço de vida e de trabalho e, quando, do acontecimento do acampamento até a situação atual, ocorreu uma melhoria significativa das condições de moradia, expressas pela capacidade de acesso a programas governamentais, e garantia de direitos sociais, em um período de apenas seis anos. Está perceptível que, no assentamento, o nível médio de renda por pessoa está tendendo ao mediano urbano do que ao rural, mostrando a sua capacidade de geração de riqueza a partir das suas estratégias da pluriatividade, no autoconsumo e trabalho não agrícola.

Palavras-chave: Território. Assentamento. Urbanização.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca revelar as principais contradições do assentamento Dom José Gomes entre o espaço rural e urbano, realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). O Assentamento Dom José Gomes é resultado da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciada em 2002, com a desapropriação para fins de reforma agrária.

O diagnóstico do Assentamento foi realizado enquanto uma meta do projeto Fortalecimento da Economia Solidária no Território Oeste de Santa Catarina (Convênio nº 420324/2013-5), financiado pelo PRONINC (Programa Nacional das Incubadoras) com recursos da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), operacionalizados em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O projeto buscava



fortalecer o processo de incubação universitária através da integração ensino, pesquisa e extensão para produção de tecnologias sociais, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável. Executado pela ITCP por um programa de extensão multidisciplinar e interinstitucional.

O projeto estava estruturado a partir de três eixos de atuação dentre os quais a incubação dos empreendimentos associativos do Assentamento e a implementação de uma tecnologia social desenvolvida em parceria entre a ITCP e a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (Cooptrasc) durante o processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs) no período de 2010 a 2012. A tecnologia social denominada de Pós-PDA, consistia numa metodologia de construção participativa de indicadores de gestão dos planos.

A implementação da tecnologia social iniciava com a realização de um diagnóstico do assentamento. Durante esse período, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o MST firmaram um convênio com a Universidade Federal de Santa Maria para a implementação do SIGRA (Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES/ATER), aplicado em cada projeto de assentamento gera um conjunto de informações anuais. Desta forma, tornou-se necessário uma adaptação da proposta da metodologia do Pós-PDA e o próprio diagnóstico a ser realizado. Portanto, o diagnóstico do Assentamento foi realizado com base no uso dos dados documentais, bem como dos dados empíricos das observações das diversas equipes que atuam no assentamento como: o Projeto de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (PAPEL) e a ITCP da Unochapecó, o INCRA e a Cooptrasc.

O diagnóstico foi estruturado para a compreensão da dinâmica organizativa e funcional do assentamento, em relação aos parâmetros sociais, econômicos, produtivos e ambientais, bem como identificar as dificuldades e potencialidades deste espaço rural. Foi construído com a colaboração de um conjunto das pessoas de diferentes instituições que atuavam diretamente do assentamento Dom José Gomes.

O presente texto é um estudo de caso que possui abordagem qualitativa e quantitativa para análise dos dados. Pelos seus fins, pode ser classificado como exploratório, pois permite ao pesquisador intensificar sua experiência em torno da problemática e descritiva, pois descreve características de determinado fenômeno ou população, estabelecendo relação entre as variáveis. Quanto aos procedimentos a pesquisa pode ser classificada em documental,

considerando a os documentos formalizados como sistematização (TRIVIÑOS, 2001).

No desenvolvimento do diagnóstico foram utilizadas as informações do SIGRA e do PDA, ambos os documentos elaborados pela Cooptrasc em conjunto com o INCRA; o uso de documentos complementares, produzidos pela própria Cooptrasc, pela ITCP e coletados também em institutos de pesquisa e estatística, na tentativa de referenciar com as informações do assentamento; também foram realizadas reuniões com estas equipes para aferir as informações, aproximando mais o diagnóstico do real; e num último momento, foram realizadas reuniões de discussão do diagnóstico com as equipes e com o assentamento, visando qualificar o texto e possibilitar a discussão prévia da dinâmica organizativa do assentamento. Para analisar os dados, utilizamos três categorias de análise referenciadas em Monte-Mór (2004), Locatel (2013) e Biazzo (2008): o espaço, o território e a urbanização.

Cabe observar que os conjuntos de informações e os dados foram coletados e analisados em tempos distintos. As informações da produção agropecuária que foram coletas entre 2013/2014, o perfil das famílias no ano de 2009 com a comparação entre 2015. Diante desta situação, foi realizada a confirmação de todos os dados entre os documentos, buscando uma complementação para a afirmação dos dados, gerando uma informação mais confiável.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Para uma melhor contextualização do Assentamento Dom José Gomes, caracteriza-se brevemente a mesorregião Oeste Catarinense, dentro desta o Território Oeste Catarinense, ao qual pertence o município de Chapecó, no estado de Santa Catarina.

2.1 Território oeste catarinense

A mesorregião oeste catarinense é uma das seis mesorregiões geográficas, com uma área equivalente a um quarto do território estadual. É constituído pelas microrregiões Colonial Oeste e Colonial Vale do Rio do Peixe, abrangendo uma área de 27 mil km², envolve 120 municípios, organizados em oito Associações de Município. É uma região bastante vasta e diversa, em termos de relevo, de climas, de condições hídricas, de população ocupante, e tem apresentado um conjunto de elementos comuns em sua trajetória de desenvolvimento, além de diferenciadas dinâmicas internas, variando ao longo da história (ARNS, 2010).

Na formação da região, identificam-se três processos consecutivos de ocupação do



espaço regional: o primeiro é constituído pela ocupação desenvolvida pelas populações indígenas; o segundo processo, promovido pelo povoamento dos luso-brasileiros, também chamados caboclos ou sertanejos; e o terceiro processo, de ocupação promovida pelo Estado com a vinda de migrantes europeus, em sua maioria já seus descendentes (ARNS, 2010).

Nos anos de 1960, com o esgotamento da fronteira agrícola catarinense (RENK, 2006) os camponeses que não conseguiram acompanhar o processo de modernização da agricultura pela revolução verde (GRAZIANO DA SILVA, 1982) migraram para novas fronteiras agrícolas ou abandonaram o campo (êxodo rural). Mas um significativo conjunto de camponeses, com pouca terra e sem terra, resistiu constituindo uma complexa e ampla rede organizacional dos chamados novos movimentos sociais (GOHN, 1997). Dentre os principais movimentos constituídos entre as décadas de 1980 e 1990, dos quais a região oeste catarinense se constitui em um dos berços, podemos destacar o MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas). Constitui-se uma diversidade de formas associativas (ARNS, 2010).

A dinâmica econômica da mesorregião oeste catarinense se caracteriza pela concentração da produção agropecuária e da indústria de alimentos e bebidas do estado. Predominam na agricultura a produção de milho, soja e fumo, enquanto que na pecuária, mais expressiva, predomina a criação de suínos, de aves e a produção de leite (MATTEI; LINS, 2010). A cadeia produtiva do leite se tornou a alternativa para a agricultura familiar, quando o processo seletivo provocado pelo sistema agroindustrial foi integrado na atividade suinícola e avícola. No entanto, o mesmo fenômeno seletivo já ocorre na produção leiteira, em que a produção é crescente e o número de produtores é decrescente (TESTA et al, 2003).

A região oeste catarinense contava com uma população de 1.200.716 habitantes (IBGE, 2010), destes 28,32% residiam no meio rural. Decréscimo de 17,87% em relação ao censo anterior, enquanto que a população urbana cresceu 22,48% (IBGE, 2000). Essa região contava com 84 mil estabelecimentos rurais (IBGE, 2006), dos quais 89,45% eram do tipo familiar, ocupando apenas 57,81% da área agrícola, com uma média de 16 ha por propriedade. Quando se leva em consideração representa apenas 1/3 do território do estado e que apenas 30% de suas áreas são recomendadas para o desenvolvimento da agricultura mecanizável, os dados sobre a produção ganham ainda mais relevância. A região produz 73,2% da carne suína, 73,9% do leite, 60,0% do frango e 48,1% do gado de corte, 62% do trigo, 52,5% do tomate, 49,2% do

milho e 47,7% da soja do estado (FOSSÁ, 2015). Isso reforça a forte ruralidade da região e a importância da agricultura familiar, mesmo como base da produção industrial integrada.

O Território Oeste Catarinense atualmente é constituído por 27 municípios. A maioria dos municípios são pequenos, dependem da agropecuária e se localizam na região mais agrícola do estado. Dentre suas características mais marcantes se torna evidente a ruralidade do território, mesmo que sua população rural represente apenas 23,48% - o que não é pouco para os padrões atuais! Os dados demonstram que 17 dos 27 municípios possuíam menos de cinco mil habitantes, ou ainda, 25 possuíam menos de 15 mil habitantes. Ou seja, apenas dois municípios possuem mais de 20 mil habitantes em que apenas um município concentrava 55,18% da população. O município de Chapecó, com uma população de 183 mil habitantes, apresentava a maior taxa de urbanização (91,61%), considerado o município polo da grande regional oeste catarinense, apresentando características de áreas urbanas (IBGE, 2010).

No período de 2000 a 2010, ocorreu a redução da população em 17 municípios, enquanto que 10 tiveram aumento da população no período. Muitos fatores podem explicar esse movimento, mas fica evidente o fato de que a maioria dos municípios com decréscimo na população está mais distante (interioranos) em relação às principais vias de maior fluxo. Os municípios que tiveram acréscimo de população no período têm em comum uma localização mais privilegiada, junto as principais rodovias que cortam o território, especialmente a BR 282. Destacam-se o caso do município de Cordilheira Alta, Chapecó, Nova Itaberaba, Nova Erechim, Pinhalzinho e Saudades. Fator estratégico no desenvolvimento do setor econômico secundário e terciário, típicos do espaço urbano (IBGE, 2000, 2010).

Com relação ao comparativo entre a população rural e urbana, de acordo com o Censo de 2010, na área em análise, 16 municípios possuem a população rural superior à população urbana (IBGE, 2010). Aparece claramente a contradição do atual modelo de desenvolvimento em que temos ganhadores e perdedores, a partir do interesse do capital e não do conjunto da população, com uma forte concentração em uma cidade polo em detrimento da maioria.

2.2 Município de Chapecó

O município de Chapecó está localizado sob as coordenadas geográficas da latitude 27° e longitude 52° na região oeste de Santa Catarina. Inserido na Região Hidrográfica do Meio Oeste (RH2) é constituído pelas áreas drenadas pelos rios Chapecó e Irani, possuindo uma



área geográfica de 11 mil km². Está entre as 10 RHs do estado, de acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e se encontra aproximadamente 553 km de distância da capital Florianópolis (SEDEMA, 2015).

Chapecó foi fundado em 25 de agosto de 1917, que juntamente com o município de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba) se constituiu nos primeiros municípios da grande região. Constituído por uma extensão geográfica de 624,3 km², dos quais 113,24 km² de perímetro urbano e, 512,36 km² área rural, permanece como um dos maiores do estado (SEDEMA, 2015).

Em seu processo político-administrativo, o espaço se encontra dividido em macrozonas denominadas de distritos, que abrange a área urbana e rural. Os distritos são setores homogêneos. Para eles são estabelecidas diretrizes de desenvolvimento específicas, às vezes subdivididos em subzonas, conforme o Plano Diretor Rural de Chapecó (SEDEMA, 2015).

Conforme o Plano Diretor, o município possui 72 comunidades que se encontram divididas em distritos: Distrito Sede (316 km²) constituído por 32 comunidades, incluindo a comunidade do assentamento Dom José Gomes; Distrito do Goio-En (47 km²): constituído por 10 comunidades; Distrito de Figueira (77 km²): constituído por nove comunidades; Distrito de Alto da Serra (41 km²): constituído também por nove comunidades; e Distrito de Marechal Bormann (143 km²): constituído por 13 comunidades (SEDEMA, 2015, p. 48).

Enquanto elemento estruturante da base econômica e social do meio rural, a estrutura fundiária é constituída por 93,85% de propriedades com menos de 50 ha, ou seja, tipicamente da agricultura familiar. No entanto, 22,65% das unidades produtivas possuem menos de 5 ha e 44,75% do total, possuem menos de 10 ha (IBGE, 2010). Evidencia-se uma grande parcela de unidades de minifúndios, que se constitui em um significativo gargalo para o desenvolvimento da agropecuária tradicional de escala crescente.

A economia de Chapecó reflete o comportamento de países desenvolvidos de economias urbano-industriais, mesmo que esteja localizado na região mais rural de Santa Catarina. Os dados de 2013 demonstram que ocorre o aumento da participação do setor terciário (72,5%) em relação à agropecuária (4,79%) e indústria (22,71%). Isso mostra que a economia local tornou-se diversificada entre e dentro dos setores econômicos, mas segue fortemente centralizada no agro na produção, na indústria e, por conseguinte, também no comércio (SEDEMA, 2015).

Com relação às atividades agrícolas, Chapecó apresenta uma diversificação significativa, diante do atual estágio de desenvolvimento da agricultura na região, tanto na produção de



culturas perenes quanto temporárias. Entre as culturas anuais, o milho de cultura mais plantada em 2000, em 10 anos, foi superada pela soja. Isso se deve pelo preço da soja estar mais competitivo em relação ao milho, por ser uma atividade de menor risco, e pela maior facilidade e competitividade do grão de milho produzido no Centro Oeste do país (SEDEMA, 2015).

A partir de 2010, culturas tradicionais da agricultura familiar saem das estatísticas, como arroz, a bata-doce, a cana-de-açúcar, o feijão e o fumo vem perdendo espaço, enquanto o trigo e o milho estagnaram. A mandioca e especialmente a soja vem ampliando sua participação. Entre as frutíferas a laranja, tangerina e pêsego vem perdendo área de cultivo, o limão estagnou, sendo que apenas a uva se encontra em expansão (SEDEMA, 2015).

As 17 unidades de agroindústria familiar dentro do município de Chapecó, mostram-se bastante diversificadas em termos de produtos agrícolas processados, dentre os quais se destacam os laticínios, derivados de carnes, conservas e pescado (SEDEMA, 2015).

Por ser polo agroindustrial de Santa Catarina, o município de Chapecó se destaca por concentrar as principais indústrias como a BRF e a Aurora. Alcançou fama internacional por ser exportador de produtos alimentícios industrializados de origem animal. É considerada a Capital Latino-Americana de Produção de Aves e Centro Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias, ocupando destaque na economia catarinense. Pode-se afirmar que atualmente Chapecó exerce influência em toda a região do Oeste Catarinense, vale do Rio do Peixe, norte do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, num raio de aproximadamente 150 km (SEDEMA, 2015).

Na demografia local há um comportamento mais rápido e intenso no ritmo do processo regional, estadual e nacional de urbanização. Em 2000, a população era de 146 mil habitantes passando para 191 mil em 2010, um crescimento de 2,32% ao ano. Em 2014 foi estimada em 202 mil. Isso representa um crescimento de 1,12% ao ano, demonstrando uma redução no ritmo de urbanização. Já a densidade demográfica estimada urbana foi de 1.607,35 hab./km² e a densidade rural ficou em 31,56 hab./km². Para o rural, torna-se semelhante e até inferior na comparação dos municípios rurais do Território (IBGE, 2015).

Os dados apontam para uma população rural remanescente de 8,39% (IBGE, 2010), três anos depois o mesmo órgão estimava uma população rural de 8,88%, indicando uma possível movimentação de população no sentido do rural (SEDEMA, 2015), identificado previamente no estudo realizado por Alves e Mattei (2006).

A pujança econômica de polo regional não foi produzido sem suas contradições da



exclusão e de lutas dos grupos sociais excluídos, marginalizados e invisibilizados. Para Alba (2002) historicamente Chapecó foi desenvolvida com base no crescimento da agroindústria, ficando marcada por desigualdades sociais. Desde o início voltou-se para a satisfação de privilegiados, deixando pobres, indígenas e caboclos ao lado. Os dados do Censo (IBGE, 2010) evidenciam que 0,7% da população tinha renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00 mensais, 3,4% tinham renda familiar por pessoa de até 1/2 salário mínimo e 13,4% da população tinha renda *capita* de até 1/4 salário mínimo. Embora com indicadores melhores que os do país, reforçam a permanência de níveis de pobreza. Dentre os grupos sociais que apresentam graves indicadores de carência se encontram as populações indígenas distribuídas em três reservas indígenas. Somam 874 pessoas em uma área total de 4.263,66 hectares (SEDEMA, 2015). O Programa Bolsa Família, com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, beneficiava, em Chapecó, 657 famílias da zona rural (MEDEIROS, 2014).

Nesse cenário, a comunidade de Linha Água Amarela faz parte do Distrito Sede e está localizado na região sul do município próximo ao Rio Uruguai. Constituída por quase 150 famílias de tradicionais pequenos agricultores, alguns grandes produtores rurais e, também um assentamento resultante do processo de reforma agrária, o Assentamento Dom José Gomes, em uma área de aproximadamente de 2 mil hectares (DOMINGUES; ARNS, 2014).

3 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico foi estruturado sobre o estudo de cinco questões principais do Assentamento Dom José Gomes: o espaço agrário, o perfil dos moradores, condições de moradia, trabalho e ocupação e a organização comunitária, que também estruturam esta apresentação, fornecendo subsídios empíricos para o debate.

3.1 Espaço agrário

Assim como todo MST, o Assentamento Dom José Gomes é fruto de uma questão agrária e de um movimento social. A luta pela conquista de seu território teve início em 2002, com objetivo de desapropriação do imóvel rural pela União. Em 09 de setembro de 2008, efetivando a orientação magna do artigo 184, §2º da Constituição Federal, o imóvel foi desapropriado com fim social destinado à Reforma Agrária.

A partir de 2008 o INCRA/SC tinha prazo de três anos para destinar as respectivas



áreas aos beneficiários, acordado pelo Artigo 16 da Lei 8.629 de 1993, sendo assim, em 21 de novembro de 2008 foram assentadas 31 famílias que faziam parte do acampamento.

A distribuição do imóvel para às famílias do Assentamento Dom José Gomes foi feita por meio de concessão de uso, acordado pelo INCRA e autorizado pela Lei 8.629/93.

Diante da conquista, o Assentamento possui uma área total de 372,35 hectares dividida em quatro tipos de uso: uma área comunitária que representa 23%, as áreas com mato nativo que ocupam 36% e, uma área de uso individual constituída de 32 lotes que ocupa 41% da área total, com uma orientação para o não parcelamento, em “virtude da heterogeneidade [dos recursos naturais] do imóvel” (COOPTRASC, 2009, p. 73). Existem 10 lotes entre 2 a 3,9 hectares e 18 lotes de 4 a 6 hectares, que somam 93,3% da área de lotes (SILVA, 2015).

Apenas 42,17% da área total, ou 157 hectares, é de uso agrícola com solos da classe III e IV com poucas restrições, sendo as demais áreas de classe VI a VIII, que apresentam fortes restrições para a produção agropecuária (INCRA, 2006 *apud* COOPTRASC, 2009). Os dados de Silva (2015), mostram que a área de plantio próprio (60%) e de pastagem permanente (35%) correspondem a quase 100 hectares, o que é significativamente menor que os dados do INCRA. Isto é, as terras apresentam restrições de uso agrícola e ainda estão sub-exploradas.

Com relação à disponibilidade de água, apenas um lote possui área irrigada, existem seis lotes que possuem reservatório menor que 100 m², enquanto que cinco lotes possuem reservatório entre 100 m² e 10.000. Apenas 20 dos 32 lotes possuem nascentes e três lotes são considerados secos, o que é preocupante (SILVA, 2015).

Com relação ao espaço agrário, identificou-se a disputa de uma área de aproximadamente 1 ha, entre o projeto do assentamento e a terra indígena, cujas negociações encontram-se bem encaminhadas entre as partes em favor do projeto indígena.

3.2 Perfil dos moradores

No Assentamento havia 100 pessoas conforme Cooptrasc (2009), passando para 132 de acordo com Silva (2015), sendo 42% de sexo feminino e 58% do sexo masculino. Os dados de campo do estudo identificaram 110 pessoas assentadas de forma regular e mais 22 pessoas com vínculo familiar, mas não assentados originalmente, ou seja, chegaram posteriormente. Aqui denominaremos esse conjunto de extensão familiar, que representa 20% do total.

Contando somente os assentados regulares, na organização familiar do assentamento as

110 pessoas se dividem em 29 famílias. Da população que reside no assentamento, a média é de 3,8 pessoas por família. Existe uma maioria de famílias entre 3 e 5 pessoas (54%), além de quatro lotes com apenas um morador, três lotes com duas pessoas e seis lotes que possuem mais que cinco pessoas na família.

Em seu estudo Silva (2015), levantou os dados sobre a participação das diferentes faixas etárias no total da população do assentamento. Observa-se que a participação relativa das faixas etárias de 4 a 14 e de 25 a 39 anos, são maiores no total da população do assentamento, enquanto que a participação das faixas de 15 a 24 e 40 a 54 anos, são menores, quando comparados com o comportamento padrão de estudos realizados em comunidades agrícolas tradicionais da região Abramovay et al. (1998) e Sivestro et al. (2001). O resultado destes estudos citados, que apontam o envelhecimento como um problema agudo. Esse comportamento aponta para uma população mais jovem, que pode ser explicado por ser esta uma comunidade considerada nova e resultante do processo distinto - de reforma agrária. Por outro lado, o número relativo é maior nas faixas de maior idade (55 a 60 e acima de 60 anos), demonstrando que as famílias gestoras são mais jovens com a presença dos pais na unidade produtiva.

Entretanto, Silva (2015) aponta para a predominância homens em quase todas as faixas etárias. Neste aspecto o fenômeno da masculinização do campo, com exceção a faixa etária de 15 a 24 anos, seguem um padrão rural (ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO et al., 2001).

Em relação à escolaridade, verifica-se que em 2009 o número de estudantes que cursavam o ensino médio era 16%, enquanto que em 2015 aumentou para 29 pessoas (26%) (COOPTRASC, 2009; SILVA, 2015). Apesar da melhoria, estes percentuais seguem inferiores aos da região Sul e do Brasil, com 33,3% e 38,8%, respectivamente (DIEESE, 2011, p. 169). Por outro lado, há uma tendência de aumento das pessoas que finalizaram ou que estão cursando o ensino médio e uma diminuição pela metade das pessoas que eram consideradas analfabetas.

Segundo Cooptrasc (2009), os assentados têm alimentação de qualidade e quantidade suficientes para uma boa nutrição, além disso, são realizados trabalhos de formação com as famílias sobre saúde e higiene, utilização de medicamentos e ervas medicinais. Mas no estudo de Silva (2015) se nota alguns sérios problemas de saúde: hipertensão arterial, problemas de coluna, alcoolismo, problemas cardíacos, problemas de visão e audição e depressão.

3.3 Condições de moradia

Em 2009, no início do assentamento, havia 35 moradias, sendo 21 com padrão de casa de madeira, 10 de madeira e lona e quatro de lona. As moradias de lona tinham piso de terra, sem instalação hidráulica, apenas instalação elétrica. No trabalho de Silva (2015), percebe-se que das 26 moradias pesquisadas (sabemos que existem 29 lotes no assentamento com 39 famílias, sendo 29 assentados e 10 famílias de extensão familiar) aparecem 25 de alvenaria e uma de madeira. Não há mais moradias de lona. Não existem informações precisas das dez moradias das pessoas da extensão familiar para além da observação a campo. Visualizamos serem casas de madeira, que, por não estar numa condição de assentado, não estão habilitados a usufruir das políticas públicas. Já se pode indicar uma possibilidade de condição de moradia que limite os direitos humanos básicos de sanidade, saúde e trabalho no assentamento.

No início, o assentamento continha 18 moradias sem instalação hidráulica (COOPTRASC, 2009), já em 2015, pode-se ver que todas as famílias tinham acesso a água, com reservatório por poço comum ou artesiano e/ou vertente. Porém, alerta-se que 69% delas a água não é suficiente, além de que, para 85% a água é consumida com pouca qualidade (SILVA, 2015). Com informações declaradas, o problema fica evidente, mas não sabemos de que qualidade dizem.

O saneamento básico do assentamento em 2009 não foi descrito com informações precisas, aparecem registros fotográficos de patentes que estavam sendo utilizadas. Também há a informação que eram feitos “trabalhos de formação com as famílias sobre saúde e higiene”, mas sem detalhes (COOPTRASC, 2009, p. 80). Já, segundo Silva (2015), há 21 registros de fossa, um com patente e quatro com fossa séptica e sumidouro. Para as águas servidas as informações são que nove das famílias a destinam para caixa de gordura com fossa séptica e sumidouro, duas têm estrutura com caixa de gordura e sumidouro, duas destinam estas águas onde ficam a céu aberto e 13 delas possuem apenas o sumidouro.

Em 2009, a única informação aparente sobre o lixo é uma fotografia de um silo em formato de trincheira que servia de depósito (COOPTRASC, 2009). Para Silva (2015), aparecem duas informações, do destino do lixo geral e das embalagens de agrotóxicos. Sobre o destino do lixo, 54% do material é feito a coleta, 23% e 15% são queimados ou colocados num

buraco, respectivamente, e, ainda, duas famílias reciclam o lixo. Já para as embalagens de agrotóxicos, as informações apontam que apenas seis famílias não utilizam nenhum tipo de agrotóxico (23%). Das embalagens, 27% e 19%, respectivamente, armazenam e coletam, 15% queimam e outros 15% jogam as embalagens de agrotóxico num buraco.

3.4 Organização do trabalho e ocupação

Na busca da população economicamente ativa, o número de assentados aptos ao trabalho foi definido como o grupo de 15 até 60 anos. Assim, 62% dos assentados se enquadram nesta faixa etária. Destes 28 são do sexo feminino e 33 do sexo masculino.

Os tipos de trabalho podemos dividir entre trabalhos agrícolas e não agrícolas. As pessoas que declararam ser agricultores, que cultivam e criam foram 39%. Ainda, algumas pessoas que se declararam agricultores como primeira ou segunda atividade também tinham outra ocupação, isto é, 16% dos assentados são apenas agricultores. Há diversos exemplos de trabalhos não agrícolas no assentamento: trabalhadores da construção civil, funcionários públicos, assalariado urbano no comércio e/ou indústria ou autônomo, além dos empreendimentos de economia solidária assessorados pela ITCP. No ano de 2015, dez pessoas do assentamento estão acima dos 60 anos e estão aposentadas (SILVA, 2015).

Considerou-se pluriativos as pessoas que dividem o tempo do trabalho no agrícola e no não agrícola. Segue a estratificação para o número de 110 assentados, de acordo com sua ocupação, resumimos a seguinte subdivisão: 16 trabalhadores não agrícolas, 25 pluriativos, 18 agricultores, 29 estudantes, 10 aposentados e 12 crianças em idade não escolar.

Estas formas de trabalho geram boa parte da renda do assentamento. Os valores estimados¹ da microeconomia do assentamento identificam a renda da estrutura produtiva.

O valor da produção agropecuária comercializada informada de matéria prima foi de R\$ 274 mil anual, somado com a produção transformada aumenta para R\$ 345 mil, representando respectivamente 31% e 39% da renda bruta total. O trabalho não agrícola somado à aposentadoria tiveram um valor de R\$ 510 mil e o auxílio governamental representa R\$ 18,4 mil. Ou seja, 58% da renda é externa. Obviamente que os valores da renda da produção

¹ A renda está estimada pois há um descompasso entre as informações de Silva (2015), que ocorreram no período de 2014/2015 e as produtivas da safra de 2013/2014, e os preços que foram coletados em outubro de 2015 (ICEPA/EPAGRI, 2015).



agropecuária se tratam de valores brutos, não contando o custo de produção. Se considerarmos apenas o valor do leite produzido *in natura* e processado, resta um total de R\$ 251 mil. Percebe-se que a renda externa ao assentamento tem papel fundamental na garantia da renda líquida.

Em comparação a renda bruta *per capita* do assentamento é de R\$ 7.944,79 e o Produto Interno Bruto *per capita* do município de Chapecó foi R\$ 27.819,37. No assentamento o rendimento mensal domiciliar médio *per capita* é de R\$ 662,00. Comparando com o valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes na área rural de Chapecó, o valor é mais aproximado, de R\$ 510,00, e de R\$ 750,00 para a área urbana. Considera-se que o assentamento está numa condição econômica em nível mediano entre o rural e o urbano de Chapecó (IBGE, 2014).

Apesar de não ter sido possível verificar o dinamismo econômico, é possível identificar pela estruturação física que ocorreu uma capitalização local, por: um crescimento da infraestrutura produtiva, ligadas ao armazenamento dos equipamentos e/ou a produção agropecuária; o número de equipamentos utilizados, sendo 14 equipamentos de transporte, 22 de operação manual, 5 tratores e 22 equipamentos na tomada de potência; duplicou o número de bovinos de leite e corte, com 200 unidades animais, e a inclusão de outras espécies como ovinos e suínos.

A representação das diferentes produções agropecuárias na renda do assentamento pode ser dividida em: produtos vegetais com 26%, produtos de origem animais com 53% e alimentos transformados com 20%. Fica evidente que mais da metade da renda agropecuária do assentamento é proveniente da produção animal, sendo o leite a base produtiva e econômica. Assim, da renda que a bovinocultura de leite somando leite *in natura* e transformado, é de R\$ 253 mil ou 74%, e se considerarmos a renda total do assentamento, ela representa 29%.

A produção vegetal do Assentamento Dom José Gomes pode ser dividida entre a produção vegetal para o autoconsumo, com excedente comercializável e apenas comercial. Para autoconsumo as principais espécies são o milho, o arroz e o policultivo. De excedente comercializável tem como espécies vegetais principais a mandioca, a batata-doce, a abóbora, a melancia, o feijão. Somados estes cultivos, tem-se uma produção de 83 toneladas de alimentos vegetais no ano. Neste modelo produtivo, metade da produção é para autoconsumo e metade é

excedente para comercialização. Apenas a soja é plantada por uma família que somente comercializa.

Podemos dizer que a produção de alimentos vegetais no assentamento está voltada a uma estratégia de autoconsumo. Ou seja, esta estratégia garante 113 toneladas de alimentos no ano, ou 2,8 kg de vegetais por pessoa em um dia. Para a produção do autoconsumo, o assentamento utiliza uma área de 54 hectares, ou seja, tem uma produtividade de 2.000 kg de produtos vegetais por hectare, apenas para sua alimentação.

A pesquisa mostrou também que a renda agrícola do assentamento não vem apenas do cultivo vegetal ou da criação animal, 73% das famílias geram renda e produzem alimentos para seu consumo através da transformação de alimentos: na produção de derivados de leite e de cana-de-açúcar, na venda de panificados, chimias, geleias, doces e conservas. O principal alimento processado é o leite, sendo feito pela maioria das famílias do assentamento e comercializado numa proporção de um quarto do que é produzido.

3.5 Organização comunitária

A capacidade prevista inicial era para 32 famílias e estão assentadas 29 famílias, divididas em três núcleos. Cada núcleo tem dez famílias, numa estrutura pensada de 40 ha de cultivo e 14 ha de pastagem para cada núcleo. Assim, o modo de organização do assentamento se apoia em primeiro plano nas famílias que contemplam os núcleos de base, por conseguinte, a coordenação geral e o conselho comunitário. O intuito dos grupos é a aproximação das famílias e a discussão das dificuldades, negociação com órgãos públicos, orientações técnicas e demais situações que interfiram nas pessoas e no assentamento (COOPTRASC, 2009).

A Coordenação Geral é composta por seis pessoas que discutem as demandas do assentamento, articulando a organização internas e externas. Como organização externa tem o exemplo do próprio MST, com uma função política, comunitária e de produção. Numa segunda instância, o Conselho Comunitário do assentamento tem uma função de gestão do espaço e da igreja, possuindo um caixa financeiro e deliberando as atividades do assentamento.

Na composição de suporte à coordenação e ao conselho, os núcleos de base são também os grupos de suporte geral do MST. Os núcleos se organizam pela afinidade pessoal e se distribuem geograficamente próximos no assentamento conforme acordo coletivo. Através da fala de um líder do assentamento, ele aponta que a articulação diminuiu, e o espírito de trabalho



se voltou à individualidade, aos lotes e ao trabalho externo.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) surgiram como uma forma de estabelecer grupos econômicos de atuação no rural que não seja somente agrícola. Há uma proposta de um grupo de mulheres assentadas na criação de uma associação, já denominada Sabor da Conquista, que tinha o negócio a panificação. O grupo permanece num impasse já que a perspectiva de trabalho coletivo enfraqueceu. O grupo Costurando Sonhos também é uma proposta de associação de costura, ainda informal, composto por 12 assentadas. No grupo, a principal tarefa está mais para concertar roupas familiares. Produzem comercialmente quando surge demanda de fora, o que ainda é incipiente. A Associação de Máquinas surgiu devido a necessidade dos assentados em adquirir o maquinário necessário para uso agrícola. Em 2011 a associação foi formalizada e consegue, junto ao poder público, adquirir maquinário e implementos. O último grupo é uma proposta com nome Plantas Medicinais. A experiência preservada no grupo é a troca de saberes, de produtos e de sementes.

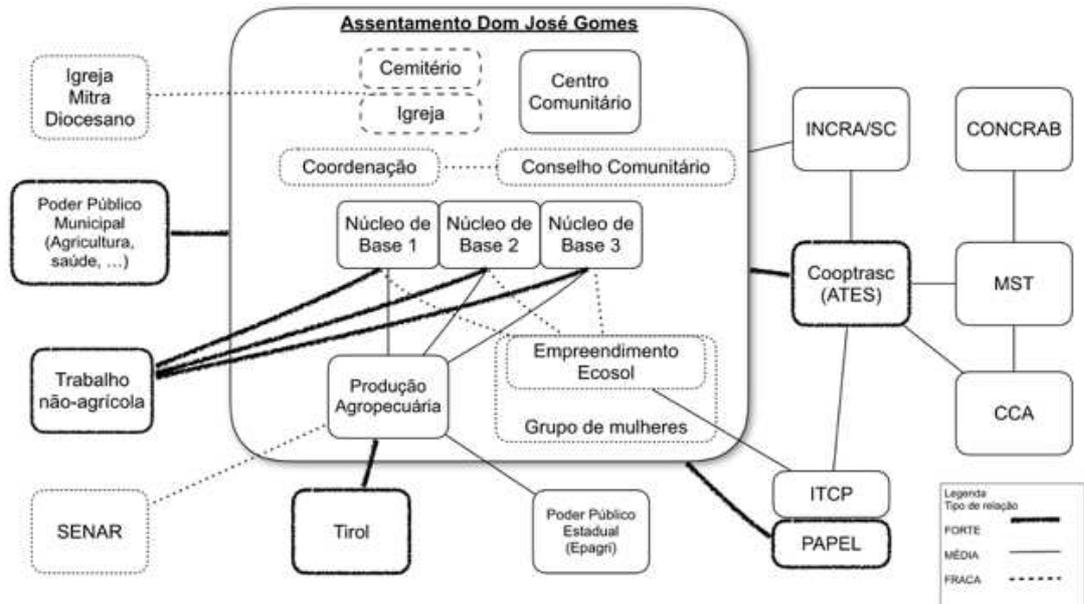
As práticas das famílias do assentamento se mobilizam para a atuação religiosa, para a educação, esporte, lazer e atividades culturais, por eles assim denominados. Os eventos culturais ocorrem a partir da organização do MST, movimento sem terrinhas, através de místicas, símbolos, canções e lutas do movimento. Aparece o hábito comum dos assentados, nos eventos, em realizar místicas ou encenações em memórias das “lutas que fizeram na conquista da terra [...]” e celebrações de “aniversários de lutas e de pessoas amigas” (COOPTRASC, 2009, p. 89).

Em conjunto com os grupos comunitários existem as entidades e organizações que apoiam, assessoram e orientam o assentamento, como a Cooptrasc, a Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA), os projetos de extensão ITCP e PAPEL da Unochapecó, o INCRA, a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE), a Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a Coordenação da Brigada Justino Draszevski do MST, a prefeitura Municipal de Chapecó com as Secretarias da Agricultura, da Saúde, de Educação e de Assistência Social, e a Epagri.

Abaixo segue a ilustração que mostra o fluxograma do assentamento seguindo a organização interna do assentamento e de interferência externa.



Ilustração 01 - Fluxograma da organização comunitária do assentamento Dom José Gomes.



Fonte: elaborado pelos autores.

Podemos observar pelo fluxograma a organização interna do assentamento, onde se visualiza os principais elementos constituintes. Visualiza-se também que os núcleos de base estão direcionados para o trabalho não agrícola e numa fração menor para a produção agropecuária. A igreja e o cemitério estão tracejados indicando que estão em construção. Percebe-se que as relações entre as entidades externas com assentamento têm sempre um contato direto com pouca inter-relação entre elas, com exceção das organizações da reforma agrária, que possuem sua estrutura orgânica de funcionamento.

4 DISCUSSÕES DA CONTRADIÇÃO ENTRE RURAL E URBANO

Fica evidente quando observamos a sobrevivência no acampamento e a conquista da terra como espaço de vida e de trabalho e, quando, do acontecimento do acampamento até a situação atual, ocorreu uma melhoria significativa das condições de moradia, expressas pela capacidade de acesso a programas governamentais, e garantia de direitos sociais, em um período de apenas seis anos. Percebemos um aumento significativo na infraestrutura e no número de equipamentos produtivos que não existiam nem mesmo antes da fazenda

desapropriada.

Mesmo assim, o número de equipamentos se mostraria insuficiente enquanto o número de família que lá residem caso a opção de trabalho fosse a agrícola, tanto porque a maioria das famílias não está adotando uma estratégia de produção em escala ou para agregação de valor aos alimentos, mas uma produção agropecuária para o autoconsumo. O que é exceção na atividade produtiva que mais gera renda, que é o leite, crescendo não só o número de equipamentos como o número de animais e, por conseguinte, da produção. Esta estratégia é adotada apenas por quatro famílias.

Fica perceptível um nível de pobreza com dependência de renda externa e um passivo produtivo apesar, por exemplo, do grande número de bovinos e da produção alimentar. Disso está perceptível que, no assentamento, o nível médio de renda por pessoa está tendendo ao mediano urbano do que ao rural, mostrando a sua capacidade de geração de riqueza a partir das suas estratégias da pluriatividade. Mesmo com as estratégias de pluriatividade e autoconsumo, que permite uma certa autonomia e diminuição da pobreza, vemos a carência de recursos.

Em termos gerais, caso uma das estratégias do projeto do assentamento seja vinculada para a produção agropecuária visando a comercialização, há a necessidade do trabalho coletivo. Dois aspectos estruturais sustentam esta afirmação. O primeiro é que a área de produção comum está dividida para os núcleos além dos lotes, não pertencendo à individualidade, mas à coletividade. O segundo aspecto é que o tamanho dos lotes para subsistência de uma família é de média quatro hectares, permitindo apenas a produção de alimentos para a família, com pouco excedente para comercialização, o que é uma estratégia já bem-feita pelos assentados, a não ser que haja a adoção da criação de aves de modo intensivo ou da produção de folhosas, o que ainda sim, não garantiria uma renda para o assentamento em si, apenas para algumas famílias. Também identificamos algumas expectativas frustradas dos assentados, vistas que houveram conflitos e que há necessidade de investimento em infraestrutura. Em contraponto, as interferências externas de trabalho, de crédito e de direitos básicos estão gerando uma estruturação econômica e social para as famílias assentadas.

Há que se anunciar algumas dificuldade e contradições no assentamento, que podem prejudicar a permanência das famílias e do projeto coletivo. A primeira dificuldade apresentada é que as famílias não conseguem ter renda provinda da produção agropecuária, utilizando a

estratégia de trabalho para captação de renda externa ao assentamento. A maioria das pessoas utilizam a terra dos lotes para a produção agrícola com intuito de garantir comida de qualidade, do autoconsumo, da segurança alimentar e nutricional. Poucas delas atuam na área comum que é coletiva, e vendem sua força de trabalho fora do assentamento.

De acordo com SARACENO(1996), a divisão do trabalho entre campo e cidade não é verdadeira, sequer para o período pré-industrial, no qual a população era predominantemente rural e desenvolvia localmente todas as atividades de manufatura e de serviços necessários à sua reprodução. Também não é verdadeira numa situação em que há modernização da atividade agrícola, porque o aumento de produtividade reduz os postos de trabalho agrícola, tornando quase obrigatória uma diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais.

Neste sentido, campo e cidade são construções sociais. São subespaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva: a do modo de produção capitalista, como enfatiza LEFEBVRE (1999).

Um problema que está vinculado a produção de autoconsumo é que aproximadamente 80% das famílias fazem uso de agrotóxico. Esta afirmação contrapõem a ideia inicial de produção saudável no local, resultando que o ponto forte do assentamento que é o autoconsumo pode induzir a danos de saúde tão problemáticos quanto o consumo de alimento industrializado.

A diferença entre a proposta e o realizado incide numa dúvida enquanto uso da terra, já que há diferenças na estrutura agrária dos lotes e da área comum, confirmando uma potencialidade ao conflito da terra. A exemplo disso é que algumas propriedades possuem maior produção agrícola e outras possuem mais casas da que a dos assentados regulares, numa opção de moradia dos familiares daquele assentado. Isso apresenta um problema quando visualizamos a condição social e estrutural de ter 32 lotes, 29 famílias de assentados regulares e mais 10 casas famílias da extensão familiar dos assentados, divergindo de uma primeira orientação do INCRA de assentar 32 famílias e de não subdividir os lotes. Apesar das pessoas da extensão familiar não serem sinalizadas como um problema pelos assentados, pois obviamente são parte da família e partiu de uma decisão também dos assentados, existe uma dificuldade quando estas pessoas não estão formalmente legalizadas como beneficiários da reforma agrária.



A organização comunitária também se percebe fragilizada quando se diagnostica pelas falas nas reuniões a falta de frequência de encontros e de decisões das instâncias do assentamento, núcleos de base, da coordenação e do conselho comunitário. Além de que diversas organizações estão atuando de modo isolado para o assentamento. Isto se apresenta num caminho problemático duplo, a medida que o assentamento não se articula internamente e as atividades que ocorrem para o assentamento estão agindo setorizadas.

Além destas questões que parecem centrais ao desenvolvimento do local, outras dificuldades interferem na convivência do assentamento, que citamos: o transporte precário e superlotado, insuficiência e má qualidade da água e um número baixo de estudantes.

Não obstante, as potencialidades do espaço estudado mostram que o princípio de luta e de conquista possibilitou um arranjo entre as pessoas não só pelo acesso a terra, mas também pela melhoria dos direitos humanos.

Mostra-se como potencialidade do assentamento como principal fator a dinâmica orgânica trazida pelo movimento. Isso fortalece a estrutura organizacional e funcional do assentamento, com os núcleos de base, a coordenação e o conselho comunitário, a vinculação com outras organizações, um plano de desenvolvimento e a possibilidade de transformar a vida das pessoas.

Criou-se um espaço bem distribuído geograficamente para o trabalho agrícola, para o cuidado com o mato nativo e para a moradia nos lotes, visualizando a fortalecimento da institucionalidade e da estrutura agrária, numa visão coletiva. O espaço estruturado, com planejamento ligado ao movimento, foi capaz de atrair um conjunto de organizações externas. Atuando em parcelas e não de forma sistêmica e articulada, possibilitaram interferência e até mesmo recursos para capitalização interna.

A vinculação com estas instituições gerou experiência, atribuindo iniciação de trabalho de agroecologia, cooperativismo nos EES. Isto possibilita espaços para trabalhar dentro do assentamento de um modo não agrícola, fortalecendo a visão do espaço rural para diversidade de atividades produtivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Dom José Gomes reflete na sua organização e no seu modo de vida as características de movimentos de luta e de conquista, que não estão estruturados de forma

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



causa e efeito, e sim numa espécie de fundamentos cíclicos de funcionamento do assentamento. A materialização desta afirmação ocorreu como pontapé inicial na luta do acampamento e na conquista da terra como espaço de vida e de trabalho e, que ficou visível no diagnóstico quando, desde o acontecimento do acampamento até a situação atual, na qual ocorreu uma melhoria significativa das condições de moradia, expressas pela capacidade de acesso a programas governamentais, e garantia de direitos sociais, em um período de apenas seis anos.

Segundo, ABRAMOVAY (2000) a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Novas estratégias são incorporadas, pois as mudanças tecnológicas e as novas demandas (econômica, política e culturais) impulsionam a construção de outra realidade.

No entanto, não podemos deixar de lembrar que as ações do assentamento são realizadas pelas pessoas, com as suas capacidades cognoscentes. Estando numa área que possibilita a produção agropecuária e que a maioria das pessoas possuem conhecimento da produção, são agricultores, potencializa a capacidade de alimentação dos assentados e da geração de renda através da comercialização de alimentos. Todas estas potencialidades que pertencem ao assentamento foram realizadas a partir dos trabalhos de base, do movimento sem terra e está dentro do circuito de luta e da conquista.

Na atualidade, do assentamento podemos destacar o que Santos (1993), destaca como sendo a complexidade das relações existentes, permite que a cidade se torne locus da regulação do que se faz no campo, assegurando a cidade a cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, por outro lado, a cidade se adapta para responder às novas demandas do campo, como este se torna muito diferenciado pelas multiplicidades de outros objetos geográficos que o formam, isso faz com que a cidade deixe de ser a cidade no campo para se tornar a cidade do campo. O Assentamento vivencia um processo de mudanças em suas relações e de divisão do espaço e que implicará fortemente nas relações estabelecidos internamente, assim, o processo no qual reivindicaram as terras precisa ser retomado e fortalecido frente a urbanização aproximada.



REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V., M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: Os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 18 a 22 set. 2006.

ARNS, Carlos Eduardo. **A Cooperação na Agricultura Familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil**. 2010. 278 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **4ª ENGRUP**, São Paulo, p. 132-150, 2008.

COOPTRASC. Cooperativa dos trabalhadores da reforma agrária de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes - Chapecó (SC)**: Convênio INCRA/COOPTRASC nº 627.837. Chapecó, SC: INCRA: SR-10/SC, out. 2009.

DIEESE, **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4 ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DOMINGUES, Juliano Vitória, ARNS, Carlos Eduardo. As diferentes realidades rurais de Chapecó (SC). In: **X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2014, Foz do Iguaçu, SBSP 2014. v. 10. p. 355-361, Florianópolis, SC: SBSP, 2014.

FOSSÁ, Juliano Luiz. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para os agricultores familiares: dos alcances às percepções**. 159 f. Dissertação (Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio do Janeiro, RJ: Zahar, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília, DF: IBGE, 2000. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2016.



_____. **Censo Agropecuário**. [Brasília, DF]: IBGE, 2006. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2017.

_____. **Censo Demográfico**. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. **Cidades@**: Síntese das informações. IBGE, 2014. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2017.

ICEPA/EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina. **Preços Agrícolas**. Florianópolis, SC: ICEPA/EPAGRI, out. 2015. Acesso em: 10 out. 2015. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br>.

LEFBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 85-102, set. 2013.

MATTEI, L.; LINS, H. N. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó, SC: Argos, 2010.

MEDEIROS, Bruna Taize. **O Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Chapecó – SC**. Monografia (Graduada em Ciências Econômicas). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **A relação urbano-rural no Brasil Contemporâneo**. 2004. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, set./out. 2004.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, Ano 19, n. 23. Chapecó: Unochapecó, 2006.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SEDEMA. Secretaria de Desenvolvimento rural e Meio Ambiente. **Plano Diretor Rural de Chapecó**. Prefeitura Municipal de Chapecó, gestão 2013-2016, Chapecó, 2015.

SILVA, Teresinha M. R (Org). **Retrato do Assentamento Dom José**: Chapecó (SC). Chapecó, SC: Sistema Integrado de Gestão da Rural da Ates/SIGRA, 2015. 33 *slides*, color., digital.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Brasília: Epagri: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



TESTA, V. M.; MELLO, M. A. ; FERRARI, D. ; SILVESTRO, M. ; DORIGON, C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense.** Florianópolis, SC: Epagri, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto. **Cadernos de pesquisa.** Porto Alegre: Ritter dos Reis, v. 4, 2001.